



MOVIMENTO SINDICAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Trade union movement in public higher education and the transformations in the world of work

Marina Barbosa Pinto*

 <https://orcid.org/0000-0002-7619-0571>

Sônia Lúcio Rodrigues **

 <https://orcid.org/0009-0001-5637-1359>

Eblin Joseph Farage***

 <https://orcid.org/0000-0002-6307-8062>

RESUMO

O presente artigo, partindo de reflexões teórico-militantes, traz elementos sobre a constituição histórica do movimento docente da educação superior no Brasil e a constituição do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), na interface com as lutas gerais da classe trabalhadora e as imposições das transformações capitalistas na educação. As transformações no mundo do trabalho, aceleradas pela crise estrutural do capitalismo, intensificam as lutas entre os antagônicos projetos de educação em disputa e, assim, colocam-nos diante de necessárias reflexões sobre os desafios postos pela imposição de uma refuncionalização da educação superior pública e de suas consequências para a formação universitária ao movimento docente autônomo e independente organizado no ANDES-SN. A metodologia utilizada, estruturada no materialismo histórico e dialético, consubstancia-se em uma revisão bibliográfica eivada

*Assistente Social. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Rio de Janeiro, Brasil). Professora aposentada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: marinabp29@gmail.com

**Assistente Social. Doutora em Planejamento Urbano pelo IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: sluciolucios@gmail.com.

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense e membro do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Serviço Social (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: farage.eblin@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n45p151-168



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

pela experiência intelectual militante das autoras, como indicava Florestan Fernandes. Assim, a produção busca contribuir para mapear desafios postos nessa quadra história, ao movimento docente do ensino superior público.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior Pública; Transformações no mundo do trabalho; Organização docente; Movimento sindical.

ABSTRACT

This article, based on theoretical-militant reflections, presents elements on the historical constitution of the teaching movement in Brazilian higher education and the constitution of the National Union of Higher Education Teachers (ANDES-SN), in interface with the general struggles of the working class and the impositions of capitalist transformations in education. The transformations in the world of work, accelerated by the structural crisis of capitalism, intensify the struggles between the antagonistic education projects in dispute, and thus place us before necessary reflections on the challenges posed by the imposition of a refunctionalization of public higher education and its consequences for the university education of the autonomous and independent teaching movement organized in ANDES-SN. The methodology used, based on historical and dialectical materialism, is substantiated by a bibliographic review imbued with the intellectual militant experience of the authors, as indicated by Florestan Fernandes. Thus, the production seeks to contribute to mapping the challenges posed in this historical period, to the teaching movement of public higher education.

KEYWORDS

Public Higher Education; Transformations in the World of Work; Teaching Organization; Labor Movement.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo provocar reflexões sobre os desafios da organização coletiva docente no ensino superior público, considerando: a história de constituição do movimento docente no ANDES-SN; as influências que deram origem ao chamado Novo Sindicalismo; as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a estruturação da universidade pública brasileira e os desafios contemporâneos do movimento docente do ensino superior público organizado no ANDES-SN. As reflexões apresentadas, colocando o movimento docente do ensino público superior em foco, de forma indireta, pretendem trazer provocações sobre os desafios postos à formação profissional de qualidade dos futuros assistentes sociais, pautada no tripé ensino–pesquisa–extensão e na estreita articulação com as organizações autônomas da classe trabalhadora, sejam sindicatos, movimentos estudantis ou movimentos sociais e populares.

Partindo de reflexões intelectuais militantes, nos termos apontados por Florestan Fernandes, ou, como indicava Gramsci (2001), reflexões de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, o presente artigo dialoga com elementos estruturantes e conjunturais da sociabilidade capitalista que desafiam o movimento docente a repensar a prática que, apesar de anunciadamente progressista, por vezes replica práticas conservadoras. É do lugar ‘quente’ da história em processo que pulsam inquietações, reflexões e análises, militantes, na busca de construir um movimento docente que responda às demandas da conjuntura.

Uma conjuntura que reclama uma ação firme contra o esvaziamento da formação profissional em diferentes áreas, seja pela invisibilidade das licenciaturas diante da contrarreforma do ensino médio, pela expansão da educação a distância (EaD), ou pela incorporação de uma educação mediada pela tecnologia, esvaziando o próprio sentido de ser professor, colocando-nos cada vez mais distantes do sentido de ser educador, como apontava Paulo Freire (2005).

Assim, este artigo é dividido em três partes, após essa breve introdução. Na primeira, resgatando elementos da organização do movimento sindical geral e pontuando as determinações e especificidades do movimento docente da ANDES ao ANDES-SN, recupera sentidos e perspectivas que eivaram o cotidiano de lutas e mobilizações pela construção de um ensino superior público, gratuito, laico e socialmente referenciado. Na segunda parte, trazendo elementos e análises sobre as transformações do mundo do trabalho, e o avanço da denominada indústria 4.0, busca traçar as repercussões para a formação no âmbito das instituições de ensino.

Na terceira parte, com reflexões gerais sobre o movimento sindical e específicas sobre o movimento docente no ANDES-SN, resgata inquietações e reivindicações que hoje compõem a luta por um Sindicato Nacional classista, enraizado na realidade cotidiana da classe trabalhadora, e, que assim, compreende que raça-classe-gênero são elementos da mesma particularidade brasileira e devem ser enfrentados de forma absolutamente articulada e interseccional. Por fim, elencam-se algumas reflexões que ficam como desafios organizativos a todos, todas e todes que buscam construir uma sociedade e uma educação pública, classista, feminista, antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista.

Elementos estruturantes do movimento sindical docente: a construção do ANDES Sindicato Nacional

A luta dos docentes universitários que resultou na criação da ANDES, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, em 1981, somou-se à retomada das mobilizações sindicais no Brasil que ocorreram, sobretudo, a partir da greve dos metalúrgicos de 1978.

As estratégias de confronto político que marcaram esse período inovaram no formato e no nível de organização dos(as) trabalhadores(as) em comparação com experiências anteriores realizadas no país. Entre as principais características desta renovação dos processos de resistência destacaram-se o trabalho de base e a construção da atuação sindical nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Ainda que sob a ameaça de uma repressão policial, que se manifestou dentro das próprias fábricas, essas inovações reativaram o movimento sindical e angariaram ampla solidariedade junto a outros movimentos sociais.

O papel dos sindicatos é, por excelência, a defesa das condições de trabalho e do salário da categoria a qual representa. As lutas e ações, inicialmente dispersas e desorganizadas de partes da classe trabalhadora em diferentes lugares do mundo, originadas séculos atrás, ganham forma organizativa à medida que a classe vai se formando como sujeito

coletivo representativo. Essa ação é uma luta contra a ação dos que organizam e controlam o processo de produção e circulação de mercadorias. Luta ferrenha e antagônica em si e por si, porque independente da vontade, objetivamente, se um lado ganha, o outro perde.

Os sindicatos fazem parte da engrenagem institucional do sistema capitalista na forma imposta pelas lutas da classe trabalhadora, sendo muitas vezes cooptados pelos patrões e governos ao longo da história¹. Os sindicatos podem cumprir um papel de contribuir com rupturas sociais e econômicas estruturais em momentos de efervescência social ampla na sociedade. Mas isso exigirá, em primeiro lugar, uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora e, associado a isso, uma disposição das direções e da categoria para colocar a estrutura organizativa a favor dessa luta mais geral, com vistas a superar os limites corporativos do seu papel.

Mas não é possível desprezar o caráter corporativo, pois essa é a forma de estar próximo e dialogar permanentemente com a categoria e suas reivindicações. Essa é a ponte que permite construir o enfrentamento aos ataques a direitos; o exercício da independência política e da autonomia frente ao patronato e aos governos, cerrando as fileiras do classismo; e fortalecer a ação direta no campo da classe trabalhadora, o que possibilita avançar na crítica à ilusão de que juntos com patrões e governos poderemos encontrar saídas para a classe trabalhadora.

A partir da chamada era Vargas (1930–1945), parcelas da classe trabalhadora foram inseridas na máquina do Estado mediante o acesso a um conjunto de direitos sociais concedidos de modo autoritário sob o controle do Ministério do Trabalho. O modelo de ação estatal passou a controlar os sindicatos mais revolucionários e forjar o surgimento de entidades de classe submetidas aos ditames governamentais, o que expressa um dos movimentos fundamentais do capital a partir do Estado, com o Estado e pelo Estado, que levou a uma forma organizativa da classe trabalhadora absolutamente controlada pela ação governamental, tanto na forma como no funcionamento das organizações dos trabalhadores.

Com base em análises críticas acerca do papel dos sindicatos naquele momento histórico, deve-se atentar para dois componentes fundamentais que acabam por reverberar na organização da categoria docente no Brasil:

- 1- Primeiro, o perfil e as exigências da corporação a qual o sindicato responde. Os sindicatos, nesse momento, trabalhavam para responder demandas que existiam nos segmentos da classe, inclusive porque estavam experimentando a industrialização.
- 2- Segundo, ao lidar com os elementos da corporação é necessário introduzir outro aspecto, a condição dos sindicatos poderem catapultar as lutas para uma condição maior de responder às necessidades da classe, que se vincula diretamente a um projeto estratégico de ruptura com a ordem.

¹Para saber mais sobre a história do Movimento docente do ensino superior, *pari passu* com a história do movimento sindical geral, ver Miranda (2017).

A crítica ao autoritarismo do governo e a uma legislação trabalhista restritiva, assim como à conjuntura internacional, acabou trazendo como efeito, não só a renovação, mas, também, a multiplicação das ações sindicais que tradicionalmente eram controladas pelo Ministério do Trabalho (MT). Esse movimento constitutivo do chamado “novo sindicalismo”³ mudou a conjuntura brasileira e, anos mais tarde, impulsionou o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir de 1979, já influenciado pelo ascenso das lutas da classe trabalhadora, o movimento docente universitário começou a se organizar em encontros realizados pelos(as) professores(as) de várias Associações de Docentes (AD), a exemplo do I Encontro Nacional de Associações Docentes (ENAD), no intuito de unificar as reivindicações dos(as) docentes. As principais reivindicações eram: 1) denunciar os baixos índices salariais dos(as) professores(as) e a proposta governamental de transformação de todas as universidades em autarquias especiais, e 2) propor a reestruturação da carreira do magistério. Durante este encontro foi criada uma Coordenação Nacional das Associações Docentes.

Em 1980, docentes de 19 universidades autárquicas e de sete escolas, após intensa mobilização, decidiram realizar, durante 26 dias (16/11 a 11/12/1980), a primeira greve nacional com as seguintes reivindicações: 1) reposição salarial de 48%, retroativa a março de 1980; 2) um novo plano de carreira; 3) aumento das verbas para a educação até atingir a 12% do orçamento da União; 4) reajuste salarial semestral, e 5) a revogação imediata do Decreto Lei (DL) n.º 6.733/1979, que interferia na autonomia das universidades ao impedir a escolha dos dirigentes universitários pela comunidade universitária.

Esta luta trouxe duas conquistas importantes: um novo plano de carreira do magistério superior das Instituições Federais Autárquicas e o reenquadramento dos(as) docentes. Lembramos que, em diversos ofícios encaminhados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o movimento ressaltava a necessidade de solucionar a situação funcional de colaboradores(as) e visitantes que trabalhavam nas universidades, uma vez que em diversas Instituições de Ensino Federais havia um grande contingente de colaboradores(as), visitantes-permanentes e técnicos(as) científicos(as) que exerciam função docente, mas não possuíam acesso à carreira e eram mantidos em situação de permanente instabilidade.

A criação da ANDES, em 1981, na cidade de Campinas em São Paulo, resultou destes processos de luta e respondia à forma prevista constitucionalmente, uma vez que era vedada aos(às) servidores(as) públicos(as) organizarem-se em sindicatos. Naquele momento, a base social dos(as) que fizeram parte da organização da Associação era formada por docentes vinculados(as) às organizações privadas de ensino e por docentes com contrato com o Estado.

Durante o I Congresso Nacional de Docentes Universitários deliberou-se que, dentre as várias finalidades da entidade sindical, estava a de “congregar e representar os professores das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, no plano econômico,

social, cultural e político” (Ata n. 1 de Fundação da Associação dos Docentes do Ensino Superior, p. 5A).

Essa nova Associação dos(as) docentes universitários(as) tinha como objetivo organizar todos(as) os(as) professores(as) das IES do Brasil. No entanto, segundo seu Estatuto, deliberado no II Congresso Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Nacional torna-se Sindicato e, a partir de então, sua finalidade é a defesa e representação legal dos(as) docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, por prazo indeterminado. A partir deste momento, a finalidade dessa representação assume um caráter diferenciado.

A mudança “da ANDES para o ANDES-SN” possui um importante significado para a história do movimento docente das IES e, em boa medida, para a história das lutas dos(as) servidores(as) públicos(as) e da classe trabalhadora brasileira, em geral. Trata-se da expressão de um processo histórico, movido pela luta e pela reflexão coletiva da categoria em diálogo com as lutas que emergiam na conjuntura dos anos 1980.

A entidade surgiu, conforme mencionado, no interior do movimento por um “novo sindicalismo”, sob o impulso das lutas contra a ditadura, do combate das oposições ao sindicalismo pelego² e da defesa da autonomia frente aos partidos, patrões e ao Estado. Sua forma de conceber o sentido da luta sindical e seu formato organizativo foram construídos pela categoria e na relação da categoria docente com outros movimentos sindicais e sociais. As lutas dos anos 1980 germinaram a possibilidade de uma forma organizativa para um segmento dos(as) trabalhadores(as) docentes do ensino superior à época.

Após intenso debate, constituiu-se um formato organizativo contrário à estrutura verticalizada das federações, assentado na organização de seções sindicais nos locais de trabalho e ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos(as) trabalhadores(as). Buscou-se, assim, fundamentar a ação em princípios historicamente defendidos pelo novo sindicalismo: a democracia interna, a organização de base, o sindicalismo de luta e de classe. Essa forma organizativa, também visava fortalecer a unidade docente por meio de uma organização nacional que defendesse um projeto de educação pública, gratuita, laica, universal e socialmente referenciada.

Essa organização foi construída *pari passu* com a construção do movimento docente no âmbito das instituições do ensino superior. Este é um componente muito importante do processo constitutivo do ANDES-SN porque a organização do Sindicato Nacional, que ocorreu após a criação de algumas associações docentes, levou à organização de diversas novas associações de docentes, em um contexto de ascenso das lutas da classe trabalhadora. Assim, ao mesmo tempo, havia a construção de uma entidade, de um segmento da classe que lutou e, uma organização que, ao nascer, forja a luta deste segmento da classe. Esse processo, de certa forma, particular, é uma das fontes da nossa

² O Proifes, entidade criada via ação do governo federal e da CUT, em 2004, para construir uma divisão no interior do movimento docente organizado no ANDES-SN e destruir nosso sindicato, é um exemplo de sindicalismo pelego, por ser cooptado por órgãos patronais e de governo.

força para seguir com a significativa presença político-sindical que o sindicato consolidou durante todos esses anos.

Atualmente, o ANDES-SN, com mais de quarenta e dois anos de existência, constituiu-se como sujeito coletivo que goza de respeito entre os movimentos sociais e sindicais do campo combativo e progressista no país e na América Latina. A luta desenvolvida pelo sindicato, articulada em seu conjunto com as seções sindicais em todo o Brasil, certamente é responsável pela manutenção do modelo de Universidade pública que temos ainda hoje no Brasil.

Embora ainda esteja longe de ser o modelo que desejamos, lutamos e pleiteamos em nossa construção, é mister reconhecer que a manutenção de instituições públicas que não cobram mensalidade, diferente do que ocorre em boa parte da América Latina, e fundamentadas no tripé ensino–pesquisa–extensão, conforme garantido pelo preceito constitucional explicitado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assim como a preponderância de docentes de carreira com dedicação exclusiva (DE) nas instituições federais de ensino, é consequência da organização e luta coletiva dos(as) docentes organizados no Sindicato Nacional.

Atualmente, o ANDES-SN agrega mais de 70 mil sindicalizados em todos os estados do país e no Distrito Federal. Organiza-se internamente como um sindicato democrático e pela base, com uma diretoria nacional composta por 83 docentes, distribuídos obrigatoriamente entre 12 regiões do país e com paridade de gênero. Internamente organiza-se por meio de Direção Nacional; Conselho Nacional do ANDES (CONAD); e Congresso Nacional, instância máxima de deliberação que se reúne anualmente para traçar o plano de ação da entidade, com delegados eleitos em assembleias por local de trabalho.

Também organiza grupos de trabalho³, responsáveis por formular as políticas específicas do Sindicato Nacional, que são debatidas nas seções sindicais (nos grupos de trabalho locais, nas assembleias de base, conselhos de representantes e diretorias das seções sindicais) e nos espaços deliberativos nacionais. Nos espaços de deliberação anual, Congresso e CONAD, são definidas as políticas que a direção nacional e as seções sindicais devem implementar no período.

Essa estrutura sindical, que certamente guarda contradições e desafios de aperfeiçoamento, apresenta-se hoje como uma das mais democráticas da América Latina, uma vez que a partir da organização de base é possível indicar os rumos da política sindical nacional do movimento docente. Porém, para além dos desafios internos, está posto ao movimento sindical docente, o desafio de dialogar com as transformações em curso na sociabilidade do capital, que implicam em processos de reestruturação do

³ Os grupos de trabalho são: GTPE - Política Educacional; GTSSA - Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria; GTVerbas; GTCarreira; GTCeT - Ciência e Tecnologia; GTPAUA - Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTPFS - Política de Formação Sindical; GTHMD - História do Movimento Docente; GTFundações - Fundações; GTCA - Comunicação e Arte; GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual.

mundo do trabalho e impactam as demandas para as instituições públicas de ensino superior, como veremos no próximo ponto.

As transformações no mundo do trabalho e os impactos no ensino superior público

São profundas e inúmeras as transformações nas formas de contratação e uso da força de trabalho em diferentes áreas da produção e circulação de mercadoria, bem como no setor de serviços, que ganham força em fins do último século. O papel das tecnologias da informação e comunicação redesenham as relações de trabalho associadas a uma nova ideologia sobre a individualização e autonomia do(a) trabalhador(a) nas relações de seu sustento e presença no mercado de trabalho. Ideologia que deixa o(a) trabalhador(a) com a falsa ideia de que poderia abdicar das relações de venda da sua força de trabalho tornando-se, em grande maioria, “patrão de si mesmo”, como afirma Antunes (2018), ou, no caso de submeter-se a um patrão, teria uma relação mediada pela tecnologia mais favorável a si.

O início dos anos 1960 marcou um momento importante da construção histórica brasileira que é a sua entrada mais efetivamente na etapa monopolista do capitalismo. É quando se dá efetivamente o processo de industrialização e se consolida uma classe trabalhadora operária. Destaca-se como um aspecto de sua conformação o imbricamento do arcaico e o moderno, ou seja, o novo modo de relações sociais capitalistas monopolistas associado com uma série de composições sociais e culturais do velho modelo oligárquico (FERNANDES, 2005), uma vez que aqui não ocorreram processos de ruptura com as relações sociais anteriormente existentes com vistas a construir um novo patamar das relações capitalistas.

Antes mesmo de se consolidar como uma força econômica, a classe dominante apropriou-se do Estado. Para tanto faz um uso patrimonialista e paternalista, tentando desconsiderar os movimentos sociais que já existiam com peso na dinâmica social. Constitui parte integrante da dinâmica das relações entre as classes no país, a formação de uma classe trabalhadora que teve na sua composição a exclusão dos negros libertos.

A cruel realidade demonstra que a exploração segue a passos largos com seus tentáculos clássicos: sobrecarga de trabalho, intensificação do trabalho, baixos salários, condições precárias de trabalho e redução de direitos, nas áreas que contratam ainda nas modalidades que envolvem trabalho presencial. Mas há uma marca destes novos tempos do mundo do trabalho, a era informacional, o trabalho *on-line*, digital, visto muitas vezes como solução para os males de um mundo do trabalho tão perverso. A combinação de desemprego, destruição de postos de trabalho, empregos precarizados, jornadas com maior exploração, perda de direitos, pauperismo, desvalorização da remuneração e perda de direitos é a marca deste século, ampliando a desigualdade a níveis alarmantes.

O uso da tecnologia nos processos de trabalho tem servido para manter a lei da acumulação, tanto no que se refere à substituição do trabalho vivo pelo morto quanto no que se refere à ampliação do nível de exploração e de alienação, como afirmava Marx

(2001, p. 491), “[...] o instrumento de trabalho, ao tornar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador”.

A era digital amplia a exploração e gera um novo segmento da classe trabalhadora que segue na condição de explorado, com seu trabalho determinado por condições externas por um “senhor-dono mandante”. Antunes (2018, p. 30) nos brinda com uma análise sobre o tema e classifica esse segmento como “novo proletariado da era digital”. Para o autor, um proletariado de serviços numa era global que pode ser chamada de “escravidão digital” (ANTUNES, 2018, p. 30).

A combinação de diferentes modelos de produção associada ao uso de novas tecnologias vai desenhando novos processos de trabalho e novas formas de absorver os trabalhadores no mercado, o que vem acompanhado de maior exploração, desvalorização salarial, ampliação do volume de negócios, utilização de trabalhadoras mulheres, negros, deficientes, imigrantes; bem como o uso de serviços de terceiras que produzem por encomenda. A isso se associam as demandas por Tecnologias de Informação (TI), que supostamente racionalizam o trabalho. O exemplo mais emblemático, as empresas “Walmart”, tornou-se uma nomenclatura “walmartização do trabalho”, segundo Antunes (2018), como forma de expressar uma forma de exploração da força de trabalho.

Destaca-se uma composição do conjunto de trabalhadores(as) com uma desigualdade imensa, concentrando um grande contingente de desempregados, que sobrevivem de benefícios ou bicos; empregados na modalidade precarizada e flexível; empregados com total instabilidade e alto nível de exploração; os(as) servidores(as) públicos(as) ou empregados(as) de setores privados com salários médios, mas com salários congelados e poucos direitos e garantias; e, uma parcela bem menor que está no topo da pirâmide com altos salários e muitos benefícios, mas suscetível à instabilidade geral do sistema já que é, como os demais, vendedor de sua força de trabalho; além da parcela classificada como empreendedora. Talvez, na atualidade, essa seja a versão mais perversa da ideologia dominante sobre a classe trabalhadora.

Há diversificação na condição de muitas parcelas da classe, há uberizados(as), precarizados(as), flexíveis, intermitentes, os(as) que trabalham por metas e cotas, dentre outras, e o fio que os une é o alto grau de exploração e de aviltamento das condições de trabalho e pouco ou nenhum direito. A crise de acumulação gera sempre um assalto sobre o trabalho, de modo a arrancar melhores condições para a sua superação, independente das formas em que este é utilizado.

Mas a existência do trabalho e sua ação para fazer a sociedade existir, que lhe é intrínseco, é necessariamente acompanhada de lutas e ações organizadas, ou não, de quem o realiza. A história deste sistema que se apoia no trabalho é a história das lutas, de quem realiza o trabalho, para sobreviver. Muitas foram as lutas, processos de enfrentamentos, turbas, greves, processos organizativos. A origem dos sindicatos, por exemplo, deve-se às lutas e à constituição da classe trabalhadora como sujeito social.

Nessa quadra histórica, o sujeito coletivo construído nas lutas históricas está sendo esvaziado ante as novas configurações do mundo do trabalho. Se o mundo foi impactado com a reestruturação produtiva de modelo fordista e taylorista, com o modelo desenvolvido e propugnado pelo denominado Vale do Silício, nos Estados Unidos, local que reúne as principais empresas mundiais de tecnologia, uma nova ordem social, econômica, política e cultural passa a impactar o conjunto da classe trabalhadora e não mais apenas os tradicionais setores produtivos. Uma nova ordem, eivada de uma sociabilidade centrada no indivíduo e no individualismo, se espraia.

Empresas como *WalMart*, *Uber*, *Ifood* e tantas outras de aplicativos, incluindo algumas genuinamente brasileiras como *Zé Delivery* e *99* — que atuam na mesma lógica das megaempresas internacionais — intensificam a precarização da força de trabalho e não garantem direitos trabalhistas. Por outro lado, também fazem parte do mundo plataformizado, da indústria 4.0, trabalhadoras e trabalhadores em trabalho mediado por tecnologia, híbrido, ou *home office*, entre os quais é necessário fazer uma diferenciação entre os segmentos, uma vez que as formas de exploração não são iguais e nem ocorrem na mesma intensidade.

“[...] contraditoriamente ao que foi propugnado pela bibliografia apologética, que vislumbrou *um novo mundo criativo no trabalho* a partir do avanço tecnológico-informacional digital, o advento dos smartphones, iPads, iPhones, algoritmos, inteligência artificial, *big data* [megadados], internet de coisas, 5G, impressão 3D etc., o que estamos presenciando (e pesquisas e estudos vêm sistematicamente confirmando) é o seu inverso. [...]. Ainda que ele se apresente de modo relativamente diferenciado nos distintos países e nas atividades em que se insere, sua designação como trabalho uberizado esparramou-se pelo mundo, *universalizou-se* [...]”. (ANTUNES, 2021, p. 33–34, grifo do autor).

Trabalhadores e trabalhadoras de *call center*, conhecidos em todo o mundo como expressão de trabalho terceirizado e/ou quarteirizado, são absolutamente precarizados(as), mas em muitos segmentos, ainda mantêm algum tipo de direito trabalhista. No Brasil, em determinado momento da expansão desses postos de trabalho, em especial nas empresas de telecomunicações, esses eram procurados por jovens estudantes, do ensino médio ou da universidade, como forma de garantir uma remuneração em um tempo de trabalho compatível com os estudos.

São incontáveis os estudos, pesquisas e denúncias sobre essa forma de trabalho, desde a baixíssima remuneração, passando pelo assédio moral, aos casos mais drásticos, como aqueles em que os supervisores proibiam os(as) funcionários(as) a irem ao banheiro, levando alguns a fazerem uso de fraldas. Também esses espaços de trabalho se tornaram conhecidos por incorporar aqueles e aquelas que a lógica estética e política do capitalismo não aceita, e aos quais, por isso, rebaixa a remuneração, como pessoas com deficiência, negros e negras, pessoas obesas etc.

Há também o segmento dos(as) trabalhadores(as) em atividade híbrida, aqueles(as) que cumprem uma parte da carga horária no local de trabalho, de forma presencial, e uma parte em domicílio, de forma remota. Nesse segmento, menos precarizado que o anterior, destacam-se no Brasil os servidores públicos de repartições como Justiça,

Universidades, entre outros. Esse segmento se encontra com estabilidade, direitos trabalhistas, mesmo que defasados, e algum nível de autonomia na construção do trabalho.

Dentro desse setor a adesão ao *home office* é grande e tem desafiado as entidades sindicais. Essa situação era pontual, no Brasil, até antes da pandemia. Com a Covid-19 e a necessidade de isolamento social, muitos setores experimentaram uma situação inédita que acabou tendo grande adesão entre trabalhadores e trabalhadoras. As justificativas para a ‘escolha’ do *home office* são as mais diversas, em sua maioria centradas na melhoria da qualidade de vida, pois evitam o trânsito, realizam as refeições em domicílio, acompanham mais de perto a rotina dos filhos e fogem de assédio moral no trabalho.

No caso das universidades federais, em 2022, através da Lei n.º 14.442/2022, foi possibilitado aos(as) técnicos(as) administrativos(as), através da implantação de um Plano de Gestão, o trabalho híbrido. Mesmo com as normativas estabelecidas, vivenciamos situações em que 90% dos trabalhadores de uma unidade aderiram ao trabalho híbrido, inclusive no exercício de funções que, a princípio, não possuem sentido em existir fora do local de trabalho, como os(as) trabalhadores(as) lotados(as) em almoxarifados físicos.

Em muitas situações a adesão ao trabalho híbrido foi antecedido de longo debate entre gestores(as) imediatos(as) e técnicos(as), quase sempre eivado de uma pressão explícita para que as chefias ‘autorizassem’ a modalidade de trabalho. Esse processo, absolutamente tenso em algumas instituições de ensino federais, foi marcado por ‘ameaças’ explícitas, de que nenhum servidor técnico-administrativo ficaria na Unidade de ensino, caso o trabalho híbrido não fosse aprovado.

Os debates foram marcados pelos desejos e demandas individuais dos(as) trabalhadores(as), destituindo o público de seu sentido coletivo e de sua vocação instituída de ‘atendimento à população’. Atender ao público, em algumas instituições de ensino, tornou-se um ‘peso’, algo a ser negado. Dimensões como a organização coletiva, o convívio entre os pares, a construção coletiva do trabalho, deram lugar a demandas por conciliar a carga horária com outro emprego e cuidar das atividades particulares. Mas vale destacar que no caso desses(as) trabalhadores(as) das instituições de ensino, não temos, em sua maioria, grandes remunerações.

No caso dos(as) trabalhadores(as) da justiça e de outras áreas, o trabalho em *home office*, certamente acabou por se constituir como um privilégio, em detrimento do sentido público das instituições que, antes de tudo, devem ser abertas à população. Vale destacar que mesmo nesses casos, inicialmente identificados como de possibilidade de diminuição do assédio moral e de maior convívio domiciliar, com o tempo, também começam a ocorrer elementos de intensificação do trabalho; de invasão do trabalho no mundo doméstico; da não separação entre espaço de família e de trabalho; de ampliação do assédio moral através de cobrança de produtivismo; de adoecimento que não pode ser respeitado, pois ao estar em casa, tendo lá sua estrutura de trabalho, passa a não haver justificativa para ‘faltar’ ao trabalho.

Cresceram os relatos de ‘vou acompanhar a reunião de câmera fechada, pois estou na cama’, por estar doente; e reduziram-se as solicitações de licença doença, pois, de casa, é possível trabalhar mesmo adoentado. Além disso, relatos de ampliação de cistite entre as mulheres, perda da visão devido a longa exposição às telas de computadores e trombozes, tornaram-se recorrentes, não só durante a pandemia, mas também agora, no chamado ‘novo normal’.

Há ainda os(as) trabalhadores(as) de estatais, agências reguladoras e autarquias, que assumiram 100% o trabalho em *home office*. Em muitos casos, trabalhadores e trabalhadoras chegaram a mudar de estado, diante da facilidade de trabalhar de forma remota, sem nenhuma exigência de comparecimento presencial. Esses(as) trabalhadores(as), em sua maioria melhor remunerados(as), percebem o trabalho mediado por tecnologia, como um legado positivo da pandemia.

Não identificam nenhum problema na invisibilização do seu trabalho, de seu setor, de sua função, nem percebem o distanciamento das organizações coletivas. Uma importante ação, que está no âmbito dos desafios do movimento sindical a serem realizados, é o levantamento de informações de trabalhadores e trabalhadoras que defendem o trabalho remoto como legado positivo da pandemia e sua vinculação/filiação a organizações coletivas como sindicatos, associações e movimentos sociais.

Segundo Grohmann (2021), o capitalismo de plataforma cria formas combinadas de mitigar a relação entre os(as) trabalhadores(as), em alguns casos formas que favoreçam a interação do(a) consumidor(a) com o(a) trabalhador(a) em detrimento da relação coletiva, “podem ser projetadas visando precisamente a essa desarticulação” (GROHMANN, 2021, p. 14).

Dessa forma, urge reconhecer que análises homogeneizadoras sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho pouco contribuem para a identificação das múltiplas contradições e desafios que o movimento sindical classista tem que enfrentar. Assim, consideramos que não há uma absoluta identificação entre trabalho uberizado e trabalho precarizado em todos os setores, e perceber essas nuances é fundamental para a definição de estratégias de organização e resistência coletiva.

Se nem todo trabalho mediado por tecnologia é aviltante, é mister reconhecer que todo o trabalho no modo de produção capitalista é usurpador do sentido ontológico do trabalho, subsumindo o(a) trabalhador(a) à lógica desenfreada de buscar a intensificação da extração de mais valia, assim como novas e diversificadas formas de exploração. A compreensão dessa diferenciação precisa considerar, de forma central, o processo de racialização da exploração do trabalho, pois, em “São Paulo, 71% dos entregadores das plataformas são negros” (GROHMANN, 2021, p. 15).

Conforme indaga Antunes (2021, p. 34), “e o que essa modalidade de trabalho vem significando? Em linhas mais gerais, seus principais traços se encontram na *individualização, invisibilização e práticas de jornadas extenuantes*”. E assim, na forma de produção capitalista, como afirmava Marx (2001, p. 73), “[...] o trabalho humano cria

valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto”, tornando o trabalhador subsumido à sua produção, objetificando os sujeitos.

De seu sentido ontológico, conforme analisado por Marx (2001), o trabalho na sociabilidade de produção capitalista, se traveste de emprego, absolutamente aviltante, retirando do(a) trabalhador(a) a autonomia na produção, cerceando a criatividade, invisibilizando os sujeitos que produzem valor, mistificando o processo de produção, fetichizando a mercadoria, subsumindo o(a) trabalhador(a). E nesse momento da chamada indústria 4.0, como afirma Antunes (2021, p. 37), “[...] adentramos, então, uma nova era de subsunção à máquina-ferramenta-informacional, que intensifica e consolida a desumanização de enormes parcelas da força de trabalho humano”.

Qual o sentido de uma formação de qualidade ante a um mercado de trabalho uberizado, desregulamentado, em que se incentiva a lógica do ‘patrão de si mesmo’, como afirma Antunes (2018)? Não será um caminho para um processo de reelitização das instituições de ensino público, estratificando as carreiras entre as instituições de excelência, para atender as demandas de formação de ponta para a produção capitalista e para o bem estar da burguesia, enquanto relega à iniciativa privada e à educação a distância a propulsão da ‘ilusão’ de que basta se esforçar para conquistar um lugar na sociedade do consumo?

É nessa conjuntura, de um “metabolismo antissocial do capital, e sua crise estrutural” (ANTUNES, 2021, p. 33), que somos desafiados a pensar a função da Universidade pública brasileira. Apenas diante das demandas reais, em processo violento e acelerado de refuncionalização do Estado e de suas instituições, é possível pensar os desafios postos para o enfrentamento do movimento sindical combativo e autônomo.

Para um mundo do trabalho absolutamente precarizado, maquínico e tecnológico, de invisibilização da força de trabalho, será mesmo necessário investimento em educação de qualidade, pautada no ensino–pesquisa–extensão e articulada com o trabalho em seu sentido ontológico? Ou basta apenas uma educação superior aligeirada, a distância, esvaziada de conteúdos complexos, simplificada para a o processo de fortalecimento da ideologização dos sujeitos, negando-lhes a possibilidade de elevação de sua consciência social, de sua identificação no mundo como sujeitos sociais de direito?

Analisando as transformações estruturantes no capitalismo e no mundo do trabalho, explicitam-se as combinações várias, e aparentemente dispersas, do projeto do capital para educação, que passam: i) pela ampliação do ensino a distância; ii) pela desvalorização da carreira docente; iii) pelo desinvestimento em educação, ciência e tecnologia públicas; iv) pelo incentivo às parcerias público-privadas; v) pelo avanço das privatizações internas nas instituições de ensino; vi) pela contrarreforma do ensino médio, que já intensifica a expulsão de jovens pobres da escola pública, limitando ainda mais a popularização das instituições públicas de ensino; vii) pela apropriação das pautas contra as opressões de forma individualista e não coletiva e social; viii) pela perseguição política aos movimentos sociais, organizações políticas e militantes sindicais; ix) pela perseguição ao chamado ‘marxismo cultural’; x) pela fascistização da sociedade; xi) pela

militarização da educação e da vida; xii) pela antiga estratégia de desqualificação da militância sindical, entre tantos outros pontos, ações e projetos, que se consubstancia em um projeto de ataque a uma educação pública socialmente referenciada. Nessa realidade, vejamos alguns pontos para refletirmos sobre os desafios do movimento sindical docente.

Desafios contemporâneos à organização sindical docente

Considerando os desafios postos pela conjuntura e a necessidade de defesa de uma formação profissional, em todas as áreas, comprometida com as demandas da classe trabalhadora e o desenvolvimento social do país, faz-se necessário pensar os desafios postos no âmbito do movimento sindical classista. Desafios que se estabelecem em dois níveis, um mais geral, pela defesa de um sindicalismo classista e internacionalista, e um segundo, mais interno, pela necessidade premente de tornar o movimento sindical mais vivo, pulsando em diálogo com os(as) docentes ativos(as) e aposentados(as).

A sindicalização, de forma geral, em especial após o neoliberalismo que atacou de forma frontal o movimento sindical classista, entrou em fase de derrocada em várias categorias. Soma-se a isso, a própria crise do chamado socialismo real que, desencantando trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo, passou a fixar como horizonte da organização coletiva o possível dentro da ordem.

Mesmo tendo o sindicalismo classista uma perspectiva corporativista, os enfrentamentos com governos considerados progressistas; o diálogo com pautas gerais da classe trabalhadora — muitas vezes consideradas exteriores à categoria —; a resistência a pautas reivindicatórias estruturalmente contraditórias (como lutar por plano de saúde e auxílios os mais diversos); e mesmo a resistência e luta contra a desestruturação do ensino superior público, via ensino a distância, parcerias público-privadas e novas formas de privatização, a exemplo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e da Fundação de Previdência complementar do Funcionalismo Público Federal (FUMPRESF), em certa medida, afastaram docentes do sindicato.

Também contribuíram para esse afastamento, o crescente endividamento da categoria, buscando a liberação de margem consignável (localização da sindicalização); a intensificação do trabalho docente com as cobranças de produtivismo exacerbado pautado nas métricas de ranqueamento das agências de fomento e a trajetória de docentes recém-ingressos, com nenhuma ou pouca experiência coletiva, já como fruto do processo de desmobilização social vivenciado após a década de 1990.

Ainda merece destaque, consistindo em um dos primeiros elementos do conjunto dos desafios postos ao movimento docente classista, o fato da categoria docente do ensino superior público, em certa medida, travestida nos sentidos de ‘intelectuais’ e ‘pesquisadores’, não se reconhecer enquanto classe trabalhadora. Este, então, torna-se o primeiro grande desafio: reconhecermo-nos como classe. Considerando que parte do papel de um sindicato é contribuir para o avanço da consciência de sua categoria, tendo

no horizonte o projeto estratégico de ruptura com a ordem, com vistas a não sucumbir a uma ação sindical que escolhe o possível dentro da ordem e rebaixa suas pautas.

A base de um sindicalismo que defende direitos da categoria está no tripé autonomia, democracia e classismo. A autonomia é produto da inserção na luta de classes. É um princípio e, portanto, não pode ser flexibilizada a depender do patrão, do governo e das forças políticas que estão no controle dos aparatos/instituições. Trata-se de se reconhecer como classe, e reconhecer que a classe tem um lugar, e este é junto com seus iguais, com os demais de sua classe.

O classismo está relacionado a ter um projeto vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Esta é uma compreensão fundamental para definir o tipo de organização, o tipo de sindicato, a pauta, a ação, o método de ação a ser utilizado, tanto pela sua corporação como pelas entidades nas lutas sociais mais gerais. Vale aqui destacar que no âmbito da concepção classista interseccionam-se as especificidades da classe trabalhadora, de forma transversal, sem hierarquia.

Uma classe com raça, gênero, orientação sexual, diversidade étnica e condição diferenciada de acessos e possibilidades. Uma classe cheia de sentidos, diversa e múltipla, que tem que ser reconhecida e colocada, em suas especificidades, no centro do debate da luta de classes.

A Democracia, o entendimento de que o sindicato é governado pela base, por que é esta que decide, significa ter as instâncias definidas para assegurar a efetiva participação da categoria. Nesse sentido, as direções possuem papel executivo e disputam suas propostas nos espaços decisórios da categoria. Direção dirige, porém, a partir das deliberações das bases. A estrutura democrática é mais lenta e também mais cansativa, mas é a única forma possível de contribuir com o avanço da consciência coletiva e o processo de organização da categoria.

Constitui parte integrante do exercício da democracia interna propor alternativas, ouvir a categoria, conhecer suas demandas, disputar ideias, conjugar demandas específicas e gerais. Mas nem sempre é fácil tratar com a categoria questões relativas a temas do interesse da classe trabalhadora em geral. Tirar posição sobre a soberania dos povos e contra as guerras, apoiar a organização dos diversos segmentos explorados, aviltados e massacrados da população, como povos indígenas, quilombolas, trabalhadores(as) sem terra e sem teto, entre tantos outros, que parecem 'ser o outro', é fundamental para estimular a solidariedade de classe e o sentido da classe.

No tocante à questão da relação entre direção e base, coloca-se como desafio a luta contra o distanciamento entre os dirigentes da entidade e a categoria e o conseqüente descolamento da base, forte sintoma da burocratização das direções. É saudável, e deveria ser natural, que as novas gerações coloquem-se nos processos de direção. Isso não significa negar a experiência ou, muito menos, uma questão etarista. Significa o desafio de aglutinar e conjugar docentes de mais larga experiência e trajetória com os recém-ingressos na categoria.

A aproximação da diretoria da entidade com o cotidiano da categoria, realmente existente, possibilita captar as mudanças no perfil da categoria e captar novas demandas, com experiências de formação profissional e lutas gerais em tempo de retrocessos. Isso traz implicações para elaboração das pautas, formas de luta, bem como para a relação com o papel das instituições de ensino, democracia e funcionamento do sindicato, e para a articulação entre a luta específica e a geral. Constituir-se como categoria, pertencente a uma classe, continua a ser um desafio.

Nessa conjuntura, um dos grandes desafios é a busca de unidade num contexto de forte disputa e fragmentação da esquerda. O sindicato vive um tempo tenso e contraditório, em que as disputas internas de projetos de sindicato, projetos de educação e projetos de ação com a categoria e com outros segmentos entram em conflito de forma destrutiva. As diferenças de posições políticas são consideradas formas de consolidar o sindicato, fortalecer a democracia e, de forma saudável, dialogar com as bases.

Porém, em determinados momentos, quando se entra em uma disputa fratricida no campo da denominada ‘esquerda’, que passa por autoconstruções partidárias em detrimento do fortalecimento da entidade, por disputas em correntes partidárias, por divergências pessoais, entre tantos outros pontos, o que ocorre é o esvaziamento do sentido real da luta sindical.

De forma geral, essas disputas mais afastam o conjunto da categoria, do que atraem a participação. Nessas disputas predominam o ‘sindicalês’, o machismo, a instrumentalização das pautas contra as opressões, todas as ações que devem ser consideradas destrutivas do movimento sindical classista e combativo.

Além destes elementos estruturantes, há que se reconhecer que, no âmbito do movimento docente do ensino superior público, é necessária a revitalização de sua forma de atuação, tornando pautas, como a das opressões, estruturantes na organização do sindicato. Nesse sentido, a conquista da paridade⁴ entre homens e mulheres na direção sindical, em todas as instâncias do sindicato, permanece como desafio. Assim como a incorporação de negros e negras nas direções, de forma estruturante.

Outro desafio, ainda persistente, é o combate ao machismo e ao assédio moral e sexual no âmbito do sindicato. Desnaturalizar práticas enraizadas no conjunto da sociedade e também presentes no ANDES-SN é fundamental.

Por fim, conforme mencionado, a necessidade de articular as pautas internas, corporativas da categoria docente, com as pautas de solidariedade de classe e de luta contra a sociabilidade do capital mantém-se como desafio para a próxima quadra histórica.

⁴ O ANDES-SN, em seu 38º Congresso Nacional, aprovou a paridade entre homens e mulheres para a composição da direção nacional, porém o desafio permanece no âmbito da composição das direções das seções sindicais. Assim como está em aberto a construção da política sobre a participação de negros e negras e LGBTQIAP+ nas direções.

Reflexões para continuar o debate

Em síntese, os sindicatos são a forma organizativa da classe trabalhadora para defender os seus direitos e se apresentar como sujeito social na realidade. Além disso, sua atuação está diretamente determinada e condicionada pelas relações capital e trabalho e, portanto, pela correlação de forças entre as classes fundamentais. Essa correlação de forças tem a mediação necessária do direcionamento político escolhido, pela capacidade de mobilização e organização da categoria nas condições objetivas da vida, que comportam em si as condições subjetivas, e das relações sociais capitalistas que gestam o perfil mais amplo dessa correlação de forças, as quais vão interferir diretamente nas formas organizativas. Ousar lutar, ousar vencer!

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Editora Boitempo, 2021. p. 33–38.

BRASIL. **Lei n. 6.733, de 4 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6733.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.733%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20dos,Art. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.442, de 02 de setembro de 2022**. Regulamenta o teletrabalho dos técnicos administrativos nas Instituições de ensino federal. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-09-02;14442> . Acesso em: 21 mar. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

GROHMANN, Rafael. Introdução: trabalho em plataformas é laboratório da luta de classes In: **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Editora Boitempo, 2021. p. 13–24.

MIRANDA, A. Kênia. **Lutas por Educação no Brasil recente**: o movimento docente da educação superior. Rio de Janeiro: Ed. da UFF, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. Livro 1, v. 1.

Submetido em: 02/04/2023

Aceito em: 14/04/2023